

Militância feminina no Rio de Janeiro:

memória, clandestinidade e revolução

Female militancy in Rio de Janeiro:
memory, clandestinity and revolution

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela UFF e graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

juliana.mar08@gmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar as memórias sobre a militância clandestina de duas guerrilheiras durante a década de 1960: Lara Lavelberg e Dilma Rousseff. Ambas com grande projeção, principalmente entre as esquerdas, têm seus passados de engajamento político lembrados, com frequência, na batalha pela memória sobre a ditadura civil-militar. Objetiva-se, dessa forma, lançar luz sobre as ações desenvolvidas por essas mulheres durante seus períodos de clandestinidade, que tiveram lugar, principalmente, no Rio de Janeiro. A partir disso, é possível compreender como essas militâncias foram lembradas, além de observar quais fatos mereceram destaque na memória social sobre o período e quais foram esquecidos ou silenciados.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ditadura civil-militar. Mulheres. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the memories about the clandestine militancy of two guerrillas during the 1960s: Lara Lavelberg and Dilma Rousseff. Both with expressive projection, mainly among the left wing, have their pasts of political engagement often remembered, in the battle for the civil-military dictatorship's memory. The purpose is to shed a light on the actions taken by these women during their clandestine periods, which took place mainly in Rio de Janeiro. From this, it is possible to understand how these militancies were remembered, besides observing which facts deserved to be highlighted in the social memory about the period and which were forgotten or silenced.

KEYWORDS: Memory. Civil-military dictatorship. Women. Rio de Janeiro.

FOLHA: Eu li a biografia dela [Iara Iavelberg] e lá conta que ela levou a senhora no Jambert para cortar o cabelo...

DILMA: Ela levou sim. Ela gostava muito de bons cabeleireiros, ela tinha muito bom gosto.

FOLHA: Mas era meio incompatível com a rotina que vocês tinham, não?

DILMA: A gente andava na rua, entramos num cabeleireiro, cortamos e saímos.

FOLHA: Mas era um salão chiquíssimo, que servia champanhe aos clientes...

DILMA: Pois é minha querida, você entra e sai. Igual a todo mundo (ODILA, 2009).

Duas amigas e companheiras de revolução vivendo de forma clandestina na cidade do Rio de Janeiro, no fim da década de 1960, procuradas pela polícia política e com suas fotos estampadas em cartazes por todo o país, tinham um problema muito sério a resolver: uma *juba* fora de moda. Decidiram, então, ir a um dos salões mais caros da cidade, em Ipanema, o Jambert — frequentado pela alta sociedade carioca e que servia champanhe à vontade. Seus nomes eram conhecidos pelos órgãos de segurança: Dilma Rousseff e Iara Iavelberg.

Esse episódio é muito lembrado sempre que se trata de Iara ou do passado de engajamento de Dilma contra a ditadura. Foi narrado pela primeira vez na biografia de Iara, publicada em 1992, de autoria de Judith Patarra:

— A gente precisa se cuidar — [Iara] já automatizara o discurso, — Olha, vou levar você ao Jambert para cortar sua juba fora de moda. Não está certo esconder o rosto desse jeito. Ele corta bem, acaba sendo mais barato.

(...)

— Seu cabelo é muito grande, crespo e você ainda usa essa gaforinha!

— insistiu Iara, já usando expressões inusitadas em São Paulo. — Um corte realça seus olhos bonitos. Juro!

Dilma obedeceu. Beberam o champanha que ofereciam no cabelereiro e saiu de cabelos curtos. Penteava-os com os dedos. (...) (PATARRA, 1992, p. 298).

A partir disso, o fato ganhou a imprensa em diversos momentos — principalmente após Dilma ocupar seu primeiro cargo no poder executivo federal, como ministra-chefe da Casa Civil. O jornalista Ricardo Batista

Amaral também o descreveu na biografia sobre a então presidenta, em 2011, intitulada *A vida quer é coragem*:

lara cuidava da aparência, vestia-se com bom gosto e racionalizava a vaidade natural. “Faz bem à autoestima. Quem se acha interessante trabalha melhor, é mais segura, dá menos bandeira”, ela disse uma vez a Dodora.

Com esse papo na ponta da língua e um surpreendente cartão de crédito, lara convenceu Dilma a “cortar essa juba fora de moda” no salão do badalado Carlos Jambert, onde serviam champanhe às clientes. “Você é uma feminista, lara, a primeira que conheço”, admirou-se a nova amiga (AMARAL, 2011, p. 298).

O jornalista Elio Gaspari, célebre autor de uma série de livros sobre a ditadura, narrou o assunto no volume *Ditadura escancarada*, mas sem incluir a presença de Dilma:

Poucos meses depois da fuga de Quintaúna, o capitão [Lamarca] se apaixonara pela musa da VPR, a Clara [lara lavelberg], uma mulher bonita, com enormes olhos claros. Vaidosa, era capaz de sair de um aparelho para cortar o cabelo e tomar champanhe no Jambert de Ipanema, o melhor e mais caro salão do país (GASPARI, 2002, p. 343).

O livro é de 2002, antes de Dilma ganhar projeção na política nacional. Posteriormente, em reportagem para a *Folha de São Paulo*, publicada em 2005 — ano em que Rousseff passou a ocupar o cargo na Casa Civil — Gaspari retomou o episódio, desta vez incluindo-a:

Os militantes da VAR nadavam nos US\$ 2,6 milhões tomados ao espólio do cleptocrata paulista Adhemar de Barros. Um dia lara levou Vanda/Dilma para uma aventura da vaidade. Cortaram cabelo no salão Jambert da [Avenida] Ataulfo de Paiva [Leblon-RJ], o preferido da grã-finagem carioca, onde servia-se champanhe aos clientes (GASPARI, 2005, p. A16).

A *Folha de São Paulo* narrou o assunto mais uma vez, em uma grande matéria de autoria da jornalista Fernanda Odilla, de abril de 2009 — esta reportagem, inclusive, publicou como autêntica uma ficha falsificada, que atribuía à Dilma diversos crimes durante a ditadura¹. A jornalista afirma que

Dilma viveu a clandestinidade com “audácia” e deixa implícito que o suposto corte de cabelo teria sido financiado pelos dólares expropriados na Ação Grande²: “A extravagância foi bancada depois da ação que deu fama à VAR–Palmares: o assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, guardado na casa da amante dele [em Santa Teresa–RJ], com cerca de US\$ 2,4 milhões” (ODILLA, 2009). Gaspari, na reportagem citada anteriormente, coloca a expropriação e o corte de cabelo lado a lado, embora não os relacione explicitamente. Fernanda Odilla, por sua vez, faz a ponte direta. A informação do uso dos dólares para o tal corte de cabelo, porém, não consta no livro de Judith Patarra — onde a ida ao salão parece ter sido divulgada pela primeira vez — e não há fontes citadas na matéria sobre a origem dos dados apresentados.

Foi publicada nessa mesma edição da *Folha de São Paulo* uma entrevista feita por Odilla com Dilma, na qual quase 10 perguntas foram dedicadas ao assunto do salão — um excerto está na epígrafe deste artigo. Apesar de toda ênfase dada pela repórter, Dilma afirma: “Era um bom lugar, mas não é uma coisa relevante na minha vida”.

Embora nenhuma das militantes seja carioca — Iara Iavelberg era paulistana e Dilma Rousseff é mineira —, o episódio citado ocorreu durante o período em que ambas viviam clandestinamente na cidade do Rio de Janeiro. A historiadora Denise Rollemberg afirmou que a sociedade que não se identificou com a luta armada, quis conhecê-la (ROLLEMBERG, 2006). Portanto, a clandestinidade dos guerrilheiros gerou e gera fascínio, principalmente por se tratar de um momento em que suas rotinas e atividades são pouco conhecidas e detalhadas. Por que, dentre tantos outros fatos que a clandestinidade poderia trazer à tona, escolher justamente esse episódio para ser *lembrado* a respeito das trajetórias de ambas as mulheres?

Tendo isso em vista, este artigo se propõe a tratar das vidas dessas militantes na clandestinidade para, posteriormente, analisar como foram apropriadas e ressignificadas pela memória, observando o que recebeu destaque e o que foi ocultado ou diminuído.

Iara Iavelberg e Dilma Rousseff no Rio de Janeiro: clandestinidade e cotidiano

Dilma Vana Rousseff foi a primeira presidenta mulher do Brasil, eleita por dois mandatos consecutivos (em 2010 e 2014), mas já estava engajada po-

liticamente desde a juventude. Foi militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, as quais: a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), o Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte. Viveu grande parte do período em que integrava essas organizações na cidade do Rio de Janeiro — o biógrafo Ricardo Amaral relata: “no verão de 1969, o Rio de Janeiro oferecia um encanto especial para grupos clandestinos: os apartamentos de temporada. Com pagamento antecipado, sem perguntas, sem documentos, alugava-se um aparelho com uma boa fachada para a polícia e os vizinhos” (AMARAL, 2011, p. 50).

Após uma quase prisão em seu apartamento em Belo Horizonte, Dilma e o então marido Cláudio Galeno, também militante, decidiram se mudar por acreditarem que estariam mais seguros na “cidade maravilhosa”. Galeno logo foi enviado para Porto Alegre, à serviço da organização. Dilma, por sua vez, permaneceu no Rio. Suas funções nessa cidade eram relevantes para a organização. Em depoimento para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre essa época, a militante afirmou que fora designada para integrar o Comando Geral do COLINA, às vésperas da fusão com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (DOPS, 1970, p. 1334). Segundo o jornalista Luiz Maklouf, ela também era responsável pelo transporte de armas e munição, participação em reuniões e produção de documentos (CARVALHO, 2009). Nessa época, Dilma conheceu e dividiu um apartamento com Iara Iavelberg.

Iara foi integrante da POLOP e da VPR. Militou na VAR-Palmares, junto com Dilma Rousseff; contudo, deixou a organização após o “racha dos sete” — quando Carlos Lamarca e outros militantes deixaram a VAR, reconstituindo a antiga VPR — e, posteriormente, migrou para o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Nasceu em 7 de maio de 1944, em São Paulo, e foi assassinada em 20 de agosto de 1971, aos 28 anos, em Salvador, com um tiro no peito dado por policiais do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

Embora fosse paulistana e seu engajamento estivesse inicialmente sediado em São Paulo, Iara teve importante atuação na cidade carioca. No início de 1969, ela teria sido enviada à Guanabara como representante da VPR para ser um elo de comunicação com os militantes do COLINA, visando facilitar a fusão (PATARRA, 1992, p. 295). Ficou hospedada no apartamento que Dilma morava, em Copacabana, o qual, durante um período, era habitado

também por Herbert Eustáquio de Carvalho, o Herbert Daniel. Segundo James Green, “era um espaço pequeno, com um único quarto, corredor e cozinha, e os três dormiam em colchões no chão” (GREEN, 2018, p. 106). Quando não estavam cobrindo pontos, em reuniões ou cumprindo outras tarefas da militância, os três costumavam caminhar pela praia de Copacabana, além de ter longas conversas (PATARRA, 1992, p. 296; GREEN, 2018).

Depois de selada a união entre as duas organizações, e consequente formação da VAR-Palmares, ainda em 1969, ocorreu a chamada “Ação Grande”: roubo orquestrado pelos militantes de um cofre atribuído ao ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, localizado na casa de sua amante, Ana Guimol Benchimol, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. Apesar de não ter estado no assalto propriamente dito, Dilma teria sido encarregada da troca de parte dos dólares para a moeda brasileira em casas de câmbio, junto com Maria Auxiliadora Lara Barcelos (AMARAL, 2011, p. 61). Esse dinheiro foi fundamental para manter aqueles militantes que estavam na clandestinidade. Iara já estava de volta à São Paulo.

Retornou ao Rio de Janeiro no mesmo ano, no segundo semestre, para auxiliar Lamarca com sua cirurgia plástica facial. O médico cirurgião declarou que, durante todo o procedimento, realizado em seu consultório na capital carioca, Iara Iavelberg ficou escondida em um armário (MASSON, 2014). Uma casa no bairro de Jacarepaguá foi escolhida para que Lamarca permanecesse durante o processo de recuperação, acompanhado por Iara (PATARRA, 1992, p. 338). Após idas e vindas entre São Paulo e Rio de Janeiro, em 1970, Iara, juntamente com Lamarca e outros militantes — entre eles, Inês Etienne — fixaram residência em um sítio na periferia de Niterói. Nesse local, foi planejado o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. A captura se efetivou em fins daquele ano — a essa altura, Dilma já havia sido presa em São Paulo —, mas não há evidências concretas de que Iara tenha ficado no local que serviu de cativo. Apenas um militante, Manoel Henrique Ferreira, em depoimento ao DOPS, citou seu nome entre os envolvidos: “declarou ainda que supunha que Iara Iavelberg, amante de Carlos Lamarca, estivesse na casa onde foi mantido sequestrado o embaixador da Suíça” (STM, [s. d.]).

Com o aumento da caçada ao casal pelas autoridades da ditadura, entre fins de 1970 e início de 1971, mudaram-se para o Rio de Janeiro para integrarem-se ao MR-8. Segundo o ex-dirigente desta organização, Carlos Alberto Muniz,

Eu tive dois encontros com a Iara. E o primeiro encontro, eu me lembro bem que foi próximo à Praça Saenz Peña, num bar. E aí sentamos, e foi um início de conversa difícil, porque ela tava sob uma tensão muito grande, porque, na época, a VPR no Rio estava sob um cerco maior ainda, quer dizer, ela tava com uma infraestrutura pior, ela não tinha a inserção que nós [MR-8] tínhamos aqui no Rio de Janeiro. Aí eu expliquei mais sobre o que que era também a nossa ideia do trabalho no campo, cheguei a dizer, a contar um pouco que nós já tínhamos companheiros deslocados pra lá. Aí eles decidiram que viriam pro MR-8 (FREDERICO; PAMPLONA, 2014).

Ao adentrarem o MR-8, foram direcionados ao militante João Salgado, responsável pela frente de luta no campo. A esse respeito, ele declarou:

E foi aí que eu vim da Bahia, numa dessas reuniões que tínhamos no Rio, e passamos dois dias juntos. Eu me lembro que era uma coisa... Foram dois dias e duas noites. Eles dormiam muito pouco, a Iara mais o Lamarca dormiam muito pouco, fumando e tomando café e eu não aguentava muito, mas durante o dia a gente conversava, conversava. Primeiro, política só, a questão das linhas, das experiências deles, das nossas. E depois, quer dizer, no último, no segundo dia, nós nos dedicamos mais a expor pra eles o trabalho que estávamos realizando na Bahia (FREDERICO; PAMPLONA, 2014).

Ainda no Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz relatou o período em que viveu na mesma casa que Iara e Carlos, pouco antes de tomarem a decisão de seguirem para o Nordeste, tanto por motivos de segurança, quanto para mobilizar a guerrilha no campo:

Aí houve um tempo, que foi um período muito intenso, em que eu fui viver, eu fui morar com a Iara e com o Lamarca. Os dois extremamente disciplinados, quer dizer, eles tinham hora pra ginástica, hora pra leitura, hora pra escrever. E ela teve um papel muito importante no trabalho de ajudar o Lamarca a fazer aquela transição entre aquela formação do militar e aquela fusão com a teoria que a gente estudava na época. Com eles, o regime foi muito agressivo, do ponto de vista de tentar apagar uma imagem para as gerações futuras. A Iara era apresentada como uma pessoa fútil, como uma juvenzinha universitária que se destacava

pela sua beleza, na época do movimento estudantil, e depois apresentada como a mulher, ou a amante do Lamarca. Quando na verdade, a Iara, quer dizer, foi a companheira de todas as batalhas, todas as atividades (FREDERICO; PAMPLONA, 2014).

Após a mudança do casal para a Bahia, em 1971, ambos foram assassinados pela ditadura, em locais e datas diferentes. Contudo, a fala de Muniz é de relativa importância para este trabalho: a construção de Iara — e também de Dilma, mas de maneira diferente — como uma mulher fútil e vaidosa, centrada apenas em sua beleza. Muniz atribui essa “memória” apenas ao regime ditatorial, mas, como vimos anteriormente, ela se estendeu para a democracia — ou para as “gerações futuras”, nas palavras dele. Desta forma, alguns questionamentos se fazem necessários: como foi construída a memória sobre a atuação de militantes de esquerda durante a ditadura civil-militar? E, especificamente, como são lembradas as trajetórias de mulheres guerrilheiras?

Revolução e memória

O historiador Marcos Napolitano (2015), propõe um estudo da construção da memória social sobre o período ditatorial, por meio de fases da memória. Uma das fases apresentadas é chamada pelo historiador de “A construção da memória crítica” à ditadura e teria ocorrido entre 1974 e 1994.

A proposta de Napolitano é que, neste período, constituiu-se uma memória de oposição à ditadura, levada a cabo principalmente pela classe média intelectualizada. Segundo ele, a partir principalmente do início do processo de transição, foi-se consolidando uma memória que pretendia desassociar a sociedade do regime, “da ditadura como ‘lacuna histórica’, como ‘usurpação’ do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada” (NAPOLITANO, 2015, p. 23), os chamados “anos de chumbo”. Além disso, de acordo com o historiador, a sociedade passou a se considerar vítima do regime e se apresentar como sempre resistente a ele, “fixando ‘resistência’ e ‘democracia’ como noções que combinavam senso crítico em relação ao autoritarismo do regime e pragmatismo realista em relação à ordem democrática que emergiu das suas cinzas” (NAPOLITANO, 2015, p. 24). Na perspectiva de Napolitano, essa memória se tornou hegemônica nesse período e perdurou como dominante até, ao menos, 2013.

Dessa forma, esses discursos atribuíram exclusivamente aos militares os fatos que culminaram no golpe de 1964 e na consolidação e desenvolvimento do regime, ocultando-se seu aspecto civil e silenciando sobre os consensos e apoios — os “anos de ouro” (CORDEIRO, 2009). Embora tenham sido “vencidos” nos processos históricos, os militantes de esquerda se tornaram, assim, os “vencedores” no campo da memória, sendo exaltados como símbolos de resistência contra o autoritarismo ditatorial (ROLLEMBERG, 2006). De acordo com Daniel Aarão Reis (2014, p. 9),

assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas (...). Os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados, teriam sido apenas, inconscientemente, uma espécie de “braço armado” da resistência democrática.

Não obstante a valorização da atuação das esquerdas e a lembrança das vítimas pela memória hegemônica, é possível notar, a partir do episódio narrado no início deste artigo, que o que ficou marcado, ao menos nas trajetórias de mulheres militantes, foram fatos externos a suas militâncias.

Muitas foram as situações de relevância política apresentadas na análise da trajetória de ambas as guerrilheiras no Rio de Janeiro: auxílio no planejamento de assaltos, sequestros, cumprimento de pontos e reuniões. Ainda assim, é importante ressaltar que essas informações possuem muitas lacunas, devido à falta de fontes que dissertem sobre a clandestinidade — período da vida vivido em extremo sigilo. Porém, nem mesmo as informações que são conhecidas recebem destaque entre a mídia: nos momentos em que as ideologias revolucionárias e, portanto, ofensivas são colocadas em pauta, os fatos que se sobressaem nas trajetórias de vida das militantes são aqueles que apontam possíveis contradições com as ideologias defendidas. Lembra-se das idas aos salões de elite, dos amores, das peças e filmes assistidos, dos questionamentos em relação às organizações; silencia-se sobre as funções dessas mulheres dentro da militância, de suas contribuições teóricas e estratégicas, de suas ações em nome das ideologias que defendiam. Uma lembrança mais adocicada e idealizada, mais conciliatória tem lugar garantido na memória dominante sobre a ditadura.

A ditadura tinha concepções bem marcadas do que seria a “mulher ideal” nos moldes de sociedade defendidos: após o golpe civil-militar, a imagem era de uma “mãe, esposa, dona-de-casa”, semelhante ao perfil das mulheres integrantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entidade feminina conservadora organizadora das Marchas da Família com Deus pela Liberdade (CORDEIRO, 2019).

Nenhuma dessas imagens, no entanto, é compatível com a da mulher militante, *comunista*; muito pelo contrário, representa sua antítese completa. Isso ocorreu, pois, os padrões definidos pela ditadura eram anticomunistas, caracterizando as guerrilheiras não só como terroristas, mas também como “não-mulheres”. Ana Maria Colling aponta que, na perspectiva da repressão, as mulheres militantes eram duplamente desviantes: ousavam, assim como os homens, ao reivindicarem uma nova ordem política e social, oposta à ordem vigente; porém, mais que isso, transgrediam ainda mais por adentrarem o espaço público, o espaço da política e das decisões, masculino por excelência (COLLING, 1997).

Mesmo no período democrático, que pretende se apresentar como apartado dos discursos defendidos pelo “antigo regime” ditatorial, notamos uma aproximação em relação à interpretação do engajamento das mulheres: elas estão presas no espaço privado; invisíveis no espaço público. Os produtores de memória — imprensa, livros biográficos etc. —, dessa forma, reproduzem estereótipos tradicionais a respeito dos papéis femininos. Seus cargos dentro das organizações são esquecidos ou não são os aspectos centrais que essas narrativas se propõem a expor. A ofensividade da luta armada, seu aspecto revolucionário, não gera empatia entre o público leitor e, por isso, é secundarizado, por vezes terceirizado — não parece ser “coisa de mulher”.

Considerações finais

Portanto, de acordo com o que vimos, a militância de Iara Iavelberg e Dilma Rousseff teve maior relevância quando na cidade do Rio de Janeiro. Quando viveram lá, estavam num momento mais maduro de suas atuações políticas — embora envolto pela clandestinidade —, com posições de maior destaque e, por vezes, liderança nas organizações revolucionárias em que estavam engajadas. Apesar disso, o que se escolheu rememorar e se destacar a respeito dessas trajetórias no período democrático foram momentos “fúteis”, que pudessem colocar em contradição as ideologias defendidas por elas.

A ida ao salão Jambert, retomada por quase todos os veículos de informação — incluindo biografias — que se prestam a narrar o envolvimento de ambas com a luta armada, assume um caráter quase irônico: como duas revolucionárias possuem meios para custear um corte de cabelo em um salão associado à elite carioca? Dessa forma, se coloca em xeque o aspecto *revolucionário* do engajamento dessas mulheres e as causas defendidas por elas, contribuindo para o estereótipo de que os guerrilheiros eram apenas jovens, inocentes, de classe média alta, sem propósito concreto, senão seus delírios juvenis (REIS, 1997).

Notas

1 *A Folha de São Paulo* nunca se desculpou oficialmente por essa publicação e não admitiu que a ficha fosse falsificada.

O documento atribuída à Dilma o planejamento do sequestro de Delfim Netto, entre outros assaltos.

2 Ação armada encabeçada pela organização revolucionária Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) que expropriou dólares do cofre do político Adhemar de Barros, em uma casa no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. São Paulo: Sextante, 2011.

CARVALHO, Luiz Maklouf. As armas e os varões: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. **Revista Piauí**, ed. 31, abr. 2009.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, Janaina. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, Rio de Janeiro, p. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. **Mães do ano**: a CAMDE e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar. 2019 (No prelo).

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Delúbio tem a idade do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2606200511.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MASSON, Stela. Um disfarce para Lamarca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/166297-um-disfarce-para-lamarca.shtml>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer:

as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, esp., nov. 2015.

ODILLA, Fernanda. Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo. **Folha de São Paulo**, Brasília, 5 abr. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200908.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PATARRA, Judith. **Iara**: reportagem biográfica. São reportagem biográfica. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

REIS, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. 1964: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: João Roberto Martins Filho (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

Fontes primárias

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade** — Relatório. Vol. III — Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Auto de qualificação e interrogatório** — Dilma Vana Rousseff Linhares. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 26 fev. 1970, p. 1332. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=catequese%20do. Acesso em 31 jan. 2019.

EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

REDAÇÃO. Politicamente, Iara dominava. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 1971, p. 12.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). Relatório. s./d. In: **BNM 047**, p. 498.

Recebido em: 22/05/2019

Aprovado em: 24/06/2019